

## MIGRAÇÕES ENTRE FORMAL E INFORMAL. UM SURVEY COM TRABALHADORES<sup>1</sup>

ALVARO A. COMIN\*

### INTRODUÇÃO

Os estudos sobre mobilidade ocupacional ganharam grande impulso no Brasil nos últimos quatro anos graças à disponibilização, por parte do Ministério do Trabalho, das bases de dados administrativos da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) sob uma nova arquitetura. As bases derivadas dessa nova apresentação das informações, conhecidas como RAIS-Migra, apresentam a grande novidade de permitir o acompanhamento dos indivíduos ao longo do tempo, registrando, para cada evento de ocupação formal, uma série de características, como idade, grau de instrução, nível de remuneração, ocupação (CBO), ramo de atividade da empresa e localização geográfica.<sup>2</sup> Resultados desses trabalhos já podem ser encontrados, por exemplo, em Pero (1997), Comin e Guimarães (2000), Guimarães *et alli* (2000) e Cardoso (2000).

Entre as várias contribuições desses estudos destaca-se, como uma espécie de tendência geral, um fenômeno que as análises tradicionais de painel sobre mercado de trabalho já vinham apontando desde o princípio da década, mas cujo impacto efetivo, em termos de mobilidade ocupacional, só puderam começar a ser mensurados através dessas novas fontes: a incrível migração de trabalhadores do setor formal para o setor informal da economia (paralela à terciarização do emprego). Se as análises de painel evidenciavam o crescimento das modalidades informais de ocupação, as análises longitudinais, por seu lado, permitiram começar a observar esse fenômeno não do ponto de vista da estrutura do mercado, mas do seu impacto sobre os destinos dos distintos estratos de trabalhadores, revelando, assim, os processos de seletividade que, com base nos atributos pessoais dos indivíduos, “organizam” esse processo de informalização e terciarização: que tipo de trabalhador sobrevive aos processos de reestruturação vividos pela indústria nesse período; quem, a despeito de haver sido expulso por esses processos, logra se reconverter para ocupações formais em outros setores (e que setores foram esses); quem naufragou de forma duradoura rumo à informalidade.

<sup>1</sup> Este *paper* foi originalmente preparado para discussão no Workshop Internacional realizado na Universidade de Campinas, como parte da Cooperação entre IFCH/UNICAMP e Universidade de Manchester, em junho de 2000.

\* Professor do Departamento de Sociologia da USP e pesquisador do Cebap.

<sup>2</sup> Gostaríamos de registrar que esses estudos pioneiros teriam sido irrealizáveis não fora a extrema competência e empenho dos funcionários tanto da Datamec (empresa responsável pelo processamento dos dados) quanto do Ministério do Trabalho e, em particular, da Secretaria de Pesquisas e Estatísticas Sociais. Gostaríamos de agradecer, especialmente, em nome dos primeiros, às pessoas de Daniel Rocha e Silva e Sergio Rodrigues, e dos últimos à Dra. Vera Marina Martins Alves.

Essas são questões que certamente ganharam novas luzes com os mencionados estudos. Cardoso (2000), por exemplo, revela que, dos trabalhadores empregados na indústria paulista de material de transportes, em 1989, momento imediatamente anterior às mudanças mais estruturais que afetariam esse, que é um dos setores mais nobres da indústria, apenas pouco mais de um terço permanecia empregada nesse mesmo setor em 1995: predominantemente indivíduos mais velhos, com mais larga experiência profissional (presumivelmente mais qualificados), nível educacional até inferior ao da média, mas salários superiores. Os que conseguiram se manter à tona, no setor formal, fizeram-no, em parte, nas indústrias adjacentes (metalúrgica e química, principalmente); em geral, também trabalhadores mais especializados; e no comércio e serviços, com perfil mais jovem, mais escolarizados, relativamente pior remunerados e com presença mais significativa das mulheres. Mas o maior contingente foi mesmo o dos que migraram para a informalidade e não mais retornaram, pelo menos durante aquele período: cerca de 40% do total.

Uma vez fora dos registros administrativos da RAIS, tudo que se sabe sobre esses indivíduos, além das informações que restaram de sua última ocupação, é que eles não mais voltaram a possuir um registro formal de trabalho. De resto, uma vez na informalidade, seu percurso ocupacional torna-se zona de sombras. O experimento sobre cujos resultados parciais este artigo se apóia é uma tentativa de lançar alguma luz sobre esse terreno, agregando, ademais, um conjunto mais vasto de variáveis que permitam não apenas incluir informações sobre as características dos indivíduos, como a cor, ausente da RAIS, como também sobre o contexto familiar e as redes de sociabilidade que podem ter influência decisiva nas trajetórias pessoais.

Trata-se de um *survey* piloto, realizado com trabalhadores metalúrgicos, moradores de Diadema, através do qual foram recolhidas trajetórias ocupacionais completas de uma amostra de 417 indivíduos que tenham tido algum vínculo na indústria metal-mecânica, no período entre 1989 e dezembro de 1999, momento de realização da coleta.<sup>3</sup> A escolha desse setor justifica-se: pela sua densidade regional, em termos do volume de capitais, unidades produtivas e empregos; por ter sido um setor fortemente afetado pelas mudanças macro e microeconômicas do período pós-90; e pelo fato de que se trata de um setor bastante bem estudado por várias disciplinas, o que permite grande controle sobre as variáveis de ambiência econômica, tecnológica, de mercado e de fatores institucionais, como políticas regionais e ação sindical. A definição do período teve dois alvos: manter paralelismo com os estudos RAIS, que têm todos início em 1989, e evitar que digressões longas e muito discrepantes, em termos temporais, tornasse a qualidade das informações muito desiguais, mais minuciosas no presente e mais rarefeitas no passado, mais homogêneas no caso dos jovens e mais heterogêneas no caso dos mais velhos. Finalmente, o município de Diadema foi escolhido

<sup>3</sup> Esta pesquisa foi realizada com o apoio do Convênio Ford/Anpocs e da Finep, a quem seus executores agradecem.



como campo de coleta por razões basicamente logísticas: ali se concentra grande número de trabalhadores metalúrgicos, o que aumenta a eficiência do sorteio de casos e a aplicação das entrevistas.<sup>4</sup>

Este artigo traça apenas um resumo das variáveis de mobilidade, considerando três dimensões: a mobilidade entre tipos de vínculo (assalariamento formal e informal e ocupações por conta própria), entre setores de atividade e entre grupos ocupacionais. Os aspectos relativos às inter-relações entre trajetórias e contextos sociofamiliares serão objeto de outro trabalho.

## RESUMO DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

### Perfil dos entrevistados

O conjunto de 417 entrevistados, resultante da amostra, revela-se um pouco mais velho do que os dados que se obtêm através da RAIS para o setor, no ABC como um todo. A média etária dos entrevistados é de 40 anos (mediana idem e desvio padrão de 12), contra 33 na RAIS. Essa discrepância muito provavelmente tem a ver com as características do município de Diadema, de ocupação antiga e estável, com taxas baixas e declinantes de crescimento nos anos 90. Da amostra sorteada, 77% tinham mais de 30 anos, 22% dos quais com idade superior a 50 anos. Mais da metade migrantes, provenientes principalmente da região Nordeste (35%), mas há muito tempo estabelecidos em Diadema: quase 60% dos entrevistados ali viviam há mais de 20 anos, e outros 27% há pelo menos 11 anos.

Seguindo o padrão observável na RAIS, os homens são a imensa maioria do contingente de trabalhadores desse setor: 88%. E, como revelam os resultados da pesquisa, são predominantemente os principais provedores de seus domicílios: perto de 60% sendo os únicos provedores e outros 20% responsáveis por mais da metade dos rendimentos do domicílio. Cerca de 70% dos domicílios possuíam renda de até 10 salários mínimos<sup>5</sup>, 45% recebendo não mais que 7 mínimos. Infelizmente, como a maior parte dos entrevistados não declara a renda em valores, mas sim através da tabela de intervalos de salários mínimos, não é possível estabelecer a média dos rendimentos. Entretanto, pela distribuição das faixas, é possível supor que se trata de um universo que se encontra próximo da média de rendimentos da população da região metropolitana de São Paulo, perto de R\$ 750,00, segundo a PED do mesmo mês em que foi realizada a pesquisa.

O grau de escolarização é relativamente alto, mesmo para os padrões da metrópole paulista: mais da metade possuía pelo menos o primeiro grau completo (cerca de 20% com o segundo grau completo). Entre os demais, um terço possuía apenas o primário completo (os primeiros 4 anos do Ensino Fundamental) e

<sup>4</sup> Todas as especificações técnicas referentes à amostra, assim como quanto ao instrumento de coleta, o questionário, encontram-se em Guimarães (2000).

<sup>5</sup> O salário mínimo, no momento da entrevista, equivalia a R\$ 136,00.

perto de 13% nem isso. Como se poderia esperar, pelos patamares etários registrados, a proporção dos que freqüentavam a escola no momento da pesquisa era bastante baixa, apenas pouco mais de 10%. Finalmente, em termos de cor, a proporção de brancos assemelha-se à da população em geral da região, 56%, mas, entre os não brancos, chama a atenção a elevada proporção de negros, 16%, e a conseqüente menor participação de pardos, 28%, quando, pelos dados censitários, a proporção de negros na região não chega a 10%.<sup>6</sup>

### Análise tabular da mobilidade ocupacional

Tomando como referência as posições de partida (posição em 1989) e de chegada (posição em 1999), condensando, portanto, a movimentação dos indivíduos, a primeira observação que chama a atenção é o fato de que praticamente quatro quintos dos indivíduos trocaram, ao menos uma vez, de posição ao longo de todo o período, ou seja, a proporção de entrevistados que se manteve estável ao longo da década foi de não mais que 20%. Em média, os indivíduos tiveram cerca de 3 eventos de ocupações.<sup>7</sup> O movimento mais notável, pelo volume apresentado, foi a migração para a condição de desempregado. Em 1989, apenas 1% da amostra se encontrava nessa situação, porcentagem que ascendeu para quase 30% em 1999.

Do ponto de vista da natureza dos vínculos, as relações formais de trabalho representavam, em 1989, nada menos que 90% do total das ocupações (excluídos, portanto, desempregados e inativos), proporção que se reduz, em 1999, para 68%, enquanto as ocupações por conta própria ou autônomas tiveram seu número multiplicado por quatro ao longo do período, chegando a representar um quarto das ocupações em 1999.

**Tabela 1**

Vínculos Freqüências		VÍNCULO 1999					Total 89
		Desemp	Inativo	Formal	Informal	Autônomo	
VÍNCULO 1989	Desemp			91,7	8,3		24
	Inativo			46,6	4,2	19,1	356
	Formal	30,1		52,9	11,8	11,8	17
	Informal	23,5		50,0	15,0	45,0	20
Total 99		112,0		207,0	19,0	79,0	417

As ocupações dos indivíduos foram coletadas de forma aberta (a descrição da ocupação era anotada integralmente pelos entrevistadores), o que permitiu uma codificação e uma classificação criteriosas.<sup>8</sup> Quando se observa a

<sup>6</sup> Na questão da cor, os entrevistados foram instados a se autoclassificarem, com base nas categorias-padrão do IBGE.

<sup>7</sup> Consideram-se, aqui, como "eventos de ocupação" os vínculos de qualquer natureza: assalariamento com ou sem registro, ocupações por conta própria e/ou como empregador, trabalhos sazonais, concomitantes, intermitentes e/ou de curta duração e ajuda a parentes e agregados em atividades produtivas. Os períodos de desemprego, desocupação ou inatividade também são considerados "eventos".

<sup>8</sup> O esquema de classificação aqui adotado é uma adaptação do bem conhecido esquema de classes de Goldthorpe e Erikson (1991), especialmente o capítulo 2.



mobilidade controlando-a pelo tipo de ocupação, descobre-se que não apenas ela é extremamente elevada como também que os indivíduos trocam muito freqüentemente de grupo ocupacional. É extremamente difícil estabelecer uma hierarquia para os grupos ocupacionais, de modo a se poder falar em movimentos ascendentes ou descendentes. Como, neste caso, as descrições de ocupação foram manipuladas uma a uma, e elas são relativamente menos heterogêneas que as que se utilizam para o mercado de trabalho como um todo, podemos nos arriscar a algumas inferências.

Os grupos de ocupação foram assim compostos:

1. trabalhadores manuais => ofícios pouco definidos ou desprovidos de um saber técnico claramente identificável: carregadores, ajudantes gerais, faxineiros, porteiros, embaladores, ensacadores e similares;
2. trabalhadores manuais especializados => ofícios e funções com especialização definida: marceneiros, ferramenteiros, torneiros, pintores, eletricitistas e congêneres;
3. não manuais de rotina => nessa categoria, incluem-se funções predominantemente ligadas a atividades comerciais: vendedores (inclusive ambulantes), balconistas, cobradores etc.
4. técnicos e profissionais => profissões que exijam explicitamente formação específica equivalente ao segundo ou terceiro grau: desenhistas, engenheiros, programadores etc.

Sobre essa classificação, se não pode ser considerada como estritamente hierárquica, é razoavelmente confiável afirmar que as migrações de 1 para 2 e de 1, 2, ou 3 para 4 são ascendentes e, inversamente, as passagens de 4 para 1, 2 ou 3 e de 2 para 1 sejam descendentes. A ambigüidade que persiste diz respeito ao caráter pouco transparente, em termos sociais, das funções aqui classificadas no grupo 3. Considerando que esse grupo abrange, principalmente, trabalhadores no comércio, é bastante duvidoso que a passagem de 2 para 3 (ou mesmo de 1 para 3) implique mobilidade ascendente, sendo provável, em muitos casos, até que se trate do oposto. Testes de consistência que levassem em conta os níveis de remuneração, por exemplo, seriam necessários para se estabelecer, com maior clareza, o lugar desse grupamento na escala. Contudo, informações retroativas sobre renda, especialmente antes da estabilização monetária, no segundo semestre de 1994, são extremamente imprecisas e, provavelmente, não ofereceriam resultados confiáveis.

A tabela que se segue expõe a síntese da mobilidade tabular da amostra nas duas pontas da linha de tempo. Note-se, em primeiro lugar, que a proporção dos trabalhadores que trocam de grupo ocupacional, ao longo do período, é bastante elevada: mais de 60%. E que, com exceção dos trabalhadores manuais especializados e dos técnicos e profissionais (esses em números absolutos muito reduzidos para oferecer qualquer significância estatística), nos quais cerca de

metade dos trabalhadores se mantêm no mesmo grupo ocupacional ao fim do período (caselas verdes), nos dois outros grupos, a proporção dos que migram é amplamente majoritária. Considerando que os grupos 2 (provavelmente) e 4 (certamente) concentram os trabalhadores mais qualificados, a sua menor mobilidade ocupacional sugere mesmo que a qualificação é quesito importante de estabilização ou, pelo menos, de não regressão no mercado de trabalho. Como se vê, a maior parte dos membros desses dois grupos que mudam de posição entre 1989 e 1999 vai parar no desemprego, o que talvez se explique justamente pela sua maior esperança de reconquistar uma colocação dentro de sua ocupação original. Mesmo assim, não é nada desprezível a proporção de trabalhadores cuja trajetória pode ser presumida como descendente.

Tabela 2

Tipos de ocupação Mobilidade tabular - 1989/1999 Percentuais		ATUAL						Total 89
		Desemp	Inativo	Manual	Manual Qualif.	Não Manual Rotina	Téc. e Profissionais	
POSIC 89	Desemp.	25,0	0,0	25,0	50,0	0,0	0,0	4
	Inativo	14,8	0,0	29,6	44,4	7,4	0,0	27
	Manual	35,5	0,0	24,6	23,9	14,5	0,0	138
	Manual Qualif.	27,4	0,0	7,5	51,6	11,8	1,1	186
	N Manual Rotina	19,1	0,0	14,9	29,8	31,9	4,3	47
	Téc. e Profissionais	28,6	0,0	0,0	14,3	7,1	50,0	14
Total 99		118,0		64,0	159,0	60,0	11,0	416

Apenas como exercício especulativo, se desconsiderarmos todos os desempregados e inativos e contabilizarmos apenas as situações em que o sentido da mobilidade pode ser confiavelmente estabelecido (de 1 para 2 e de 1, 2, ou 3 para 4 ascendentes; de 4 para 1, 2 ou 3 e de 2 para 1, descendentes), as trajetórias ascendentes corresponderiam a cerca de 22%, as descendentes a 9% e as demais, quase 60%, à condição de estabilidade, como se pode ver pela tabela que se segue. Isso, obviamente, porque estamos desconsiderando as situações de desemprego (que não constituem, de *per se*, uma condição ocupacional). Se a passagem de qualquer grupo ocupacional para a posição de desemprego for considerada como descenso, as trajetórias desse tipo chegam a quase 40% do total.

Tabela 3

Sentido da Mobilidade			
Valid.		Frequência	Percentual
	Descen.	23	8,6
	Estável	153	57,0
	Ascen.	57	21,7
Total		268	100,0

### Padrões de mobilidade setorial

A construção de *clusters* de trajetórias, com base nos setores de atividade, revela-se consistente com os padrões encontrados na RAIS, oferecendo ainda a possibilidade de alguns aprofundamentos. Através da análise fatorial de correspondência, chegou-se a sete *clusters* de trajetórias. É claro que, como na maior parte dos casos, os números absolutos são muito pequenos, para



suportar valor estatisticamente representativo, o recurso aqui é, sobretudo, empregado como forma de estilizar tipologias de trajetórias, tornando-as visualmente mais inteligíveis. As classes obtidas foram as seguintes (seguidas do número de casos):

Classe 1 – Comércio = 15

Classe 2 – Indústrias químicas = 22

Classe 3 – Serviços = 35

Classe 4 – Desempregados = 72

Classe 5 – Metalúrgicas = 153

Classe 6 – Outras indústrias = 35

Classe 7 – Material de Transportes = 80

Como se vê, os grupos mais numerosos são: o dos trabalhadores com passagens mais recorrentes e/ou duradouras pela indústria metalúrgica; o dos da indústria automobilística; e, finalmente, o dos desempregados. Compõem ainda *clusters* numericamente mais alentados os trabalhadores nas indústrias químicas, nas “outras indústrias” (ou indústrias tradicionais), nos serviços e no comércio. Embora a circulação entre os setores industriais e o desemprego seja o circuito mais comum nesse universo de trabalhadores, há uma tendência persistente a que o volume dos que encontram ocupação na indústria (qualquer que seja o subsetor) se reduza a partir de 1995. Se, no começo do período estudado (janeiro de 1989), essa amostra era composta fundamentalmente por operários industriais (os que tinham empregos no comércio e nos serviços não chegavam a 5%), a participação de todos os setores industriais encolhe até dezembro de 1999, e a proporção dos que se encontram empregados nos serviços e no comércio chega aos 20%.

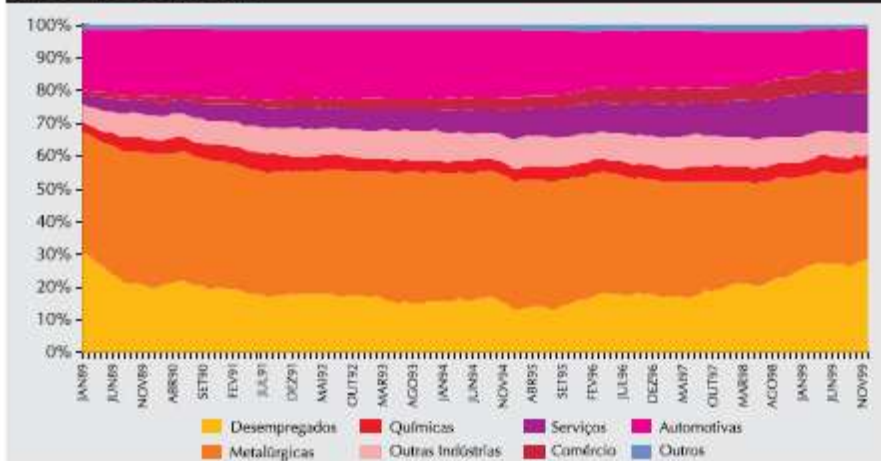
Como o *survey* recolhe também as ocupações não constituídas por vínculos formais de assalariamento, a relação entre ocupação e desocupação se torna mais precisa do que na RAIS. Para efeitos da análise setorial, os inativos (por serem poucos) foram incorporados aos desempregados. A segunda constatação importante é a de que a migração para os setores não industriais tem representado também, majoritariamente, a passagem das ocupações formais para as informais (seja o assalariamento sem registro, seja a ocupação por conta-própria ou autônoma). Como vimos, os assalariados formais, que representavam 90% dos vínculos existentes em 1989, viram-se reduzidos a cerca de 50% da amostra em dezembro de 1999 (movimento muito semelhante ao que se verifica globalmente com o mercado de trabalho da região metropolitana de São Paulo<sup>9</sup>). Essa queda no número de vínculos,

<sup>9</sup> Veja-se PME/IBGE ([www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)) e PED/SEADE ([www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br)).

como também já se viu, foi “compensada”, antes de tudo, pelas situações de desemprego e, a seguir, principalmente em favor dos trabalhadores autônomos. Em outras palavras, nesse universo, o declínio do emprego formal está ligado mais a uma mudança efetiva nas formas de inserção ocupacional do que a uma mera mudança no estatuto legal dos vínculos de assalariamento.

**Gráfico 1**

**Distribuição setorial da amostra, mês a mês,  
Jan 89 - Dez 99 (N=412)**



A coincidência entre setor de atividade e modalidade de vínculo de trabalho é bastante elevada. Os trabalhadores dos *clusters* da indústria química, metalúrgica e de material de transportes (setores mais modernos) têm trajetórias predominantemente cobertas por vínculos de assalariamento formal. Nos setores industriais tradicionais, a ocorrência de situações de trabalho por conta-própria é muito mais freqüente: cerca de um quarto dos trabalhadores desse *cluster* esteve a maior parte do tempo nessa condição (note-se que, também aqui, não é o assalariamento informal que se destaca). Quase todos os trabalhadores com trajetórias no comércio vivem a maior parte do tempo como autônomos (vendedores ambulantes, principalmente) e nos serviços. Embora a condição de autônomo seja também a mais freqüente, há uma maior ocorrência tanto do vínculo formal quanto do assalariamento informal (na verdade, esse é o único *cluster* em que essa última forma de vínculo ocorre de forma mais significativa).

Assim, as trajetórias concentradas nos setores industriais mais modernos, por um lado, e no comércio, por outro, compõem dois grupos internamente bastante homogêneos e nitidamente distintos do ponto de vista das formas de inserção ocupacional (as primeiras marcadas pelo assalariamento formal e as segundas pela condição de conta-própria). Seria de se presumir, nesse caso, uma baixa intersecção entre esses dois universos ocupacionais. Com efeito, tomando o *cluster* dos trabalhadores com trajetórias concentradas na indústria de material de transportes como expressivo do primeiro universo, na primeira metade do período coberto (janeiro de 1989 a junho de 1994), a circulação observada tende ou para os demais setores industriais ou para o



desemprego, sugerindo que, nesse período, os indivíduos expelidos do setor se mantêm em um circuito ocupacional adjacente, ou simplesmente na inatividade, à espera de uma possibilidade de retorno, não sendo a ruptura de trajetória, de toda forma, o padrão predominante. No final do período, contudo, a parcela dos que migram para os serviços e para o comércio se amplia nitidamente, e aqui uma possível mudança no padrão dessas trajetórias pode estar se esboçando. Vale chamar a atenção para as características desse grupo: é o mais homogêneo do ponto de vista etário, tendo 80% dos indivíduos concentrados na faixa etária de 30 a 50, excluindo-se, assim, as classes de idade mais problemáticas do ponto de vista de inserção profissional (jovens e velhos); é o que concentra a maior proporção de brancos (2/3) e a menor de negros (7,5%); uma forte proporção de migrantes (especialmente nordestinos), a maioria, porém, estabelecida em Diadema há mais de 20 anos; predominam os trabalhadores manuais especializados, 1/3 deles com vínculos contínuos de mais de 6 anos na ocupação que tinham em 1989; e, por fim, esse grupo exibe uma das maiores taxas de desemprego aberto em dezembro de 1999 (21%). Seu perfil educacional, entretanto, não apresenta discrepâncias relevantes frente às médias do conjunto dos entrevistados: um quarto de indivíduos com segundo grau completo, um quarto com primeiro grau completo, pouco mais de um terço com apenas o primário completo e 12,5% com menos do que isso. Mas é o grupo que apresenta, de longe, a melhor composição em termos de renda em dezembro de 1999: 2/3 ganhando acima de 7 salários mínimos.

Algo semelhante (até mais acentuado), em termos das trajetórias, se observa entre os trabalhadores do *cluster* das indústrias químicas, que, na primeira metade do período, provêm ou circulam principalmente pela indústria metalúrgica (ou no desemprego) e, na segunda metade, já apresentam migração mais significativa para o comércio e os serviços. O *cluster* dos trabalhadores nas indústrias metalúrgicas é o único que, no final do período, apresenta migração predominante para o desemprego (e, em segundo lugar, para as indústrias tradicionais) e não para algum dos setores terciários. Trata-se de um grupo de trabalhadores mais velhos (mais da metade acima dos 40 anos); com equilíbrio entre brancos e não brancos; predominantemente trabalhadores manuais especializados e quase 30% de desempregados em dezembro de 1999. Vale notar que esses dois *clusters* são os que apresentam perfil educacional mais elevado, com cerca de 60% dos trabalhadores com pelo menos primeiro grau completo. Em contraste com seu melhor perfil educacional, os químicos, por exemplo, surpreendentemente, estão concentrados nos estratos mais baixos de renda (metade deles situados entre 1 e 5 mínimos); os metalúrgicos em uma posição intermediária (concentração principal entre 5 e 10 mínimos), mas, de toda forma, inferior à dos trabalhadores do *cluster* automobilístico. Note-se, portanto, que a relação entre instrução e renda é menos linear do que se poderia supor a priori.

O *cluster* dos trabalhadores no comércio é composto, principalmente, por indivíduos empregados na indústria metalúrgica no início do período e que, logo nos primeiros anos, migraram para o comércio, não mais



retornando à indústria. A idéia de que tenham sido definitivamente expulsos do emprego industrial é reforçada pelo seu perfil etário: é o *cluster* mais velho de todos: 40% dos indivíduos tinham mais de 50 anos em dezembro de 1999; migrantes há muito estabelecidos em Diadema, a maioria se encontrava empregada há mais de 10 anos no vínculo registrado em 1989 (portanto, operários com longa inserção no setor metalúrgico); divisão equivalente entre brancos e não brancos; quase todos autônomos (especialmente ambulantes) em 1999; é o *cluster* que apresenta a menor taxa de desocupação, apenas 6,7%, na ocasião da entrevista. A condição de autônomo, contudo, oculta uma maior heterogeneidade do ponto de vista da remuneração: esse é o grupo que apresenta a maior concentração de ocupados na faixa de 1 a 3 mínimos e de 10 a 15 mínimos (nos dois casos, 3 vezes mais do que a média geral), exibindo uma estrutura bem polarizada, mais do que permitiria supor seu perfil educacional não muito distante da média (apenas com uma proporção mais elevada de trabalhadores com menos do que o primário completo).

Os indivíduos que se agrupam nos *clusters* de serviços e de indústrias tradicionais (ver gráficos com trajetórias abaixo) apresentam trajetórias mais heterogêneas entre si. Os trabalhadores do *cluster* de serviços transitam, na primeira metade do período, privilegiadamente entre a indústria metalúrgica e a automobilística e, na segunda metade, embora pareça crescer a fixação nos serviços mesmo, a ocorrência de migrações para a indústria metalúrgica segue sendo significativa (a automobilística desaparece). Assim que, em 1999, entre eles, havia pouco mais de metade de trabalhadores autônomos e um terço de assalariados formais; e, como já se observou, esse é o único *cluster* com uma proporção de assalariados informais mais significativa. Pelo menos para parte deste grupo, a migração da indústria para os serviços não parece ter um caráter definitivo. Quando na condição de conta-própria, as ocupações que predominam aqui são as de prestação de serviços de manutenção e reparação, como pedreiros, pintores, marceneiros e mecânicos de automóveis, ocupações em que as chances de se verificar algum tipo de aproveitamento da experiência fabril são maiores do que, por exemplo, no comércio (e isso talvez corrobore a hipótese de que este seja um padrão menos definitivo de migração para fora da indústria). São os trabalhadores mais jovens, a maioria entre 25 e 40 anos; metade deles nascidos em São Paulo e composta por trabalhadores manuais especializados; a maioria não estava ainda trabalhando em 1989, ou possuía vínculos de menos de 3 anos então. São, portanto, trabalhadores em sua maioria percorrendo ainda a primeira metade de suas vidas ocupacionais. A proporção de desocupados, em 1999, era bastante baixa: apenas 6% (característica comum dos que buscam ocupações fora da indústria). Embora jovens, exibem o perfil educacional mais baixo: quase 2/3 não possuem mais que o primário completo e apresentam a maior concentração nas faixas inferiores de renda (2/3 abaixo de 5 mínimos em 1999).

O perfil dos trabalhadores do *cluster* das indústrias tradicionais é mais ou menos semelhante ao dos serviços: indivíduos mais jovens (2/3 entre 25



e 40 anos) e com trajetórias um pouco mais heterogêneas; só que, nesse caso, a migração da indústria é predominantemente para a situação de desemprego (e não para os serviços ou a indústria metalúrgica); um quarto deles encontrava-se em desemprego aberto em dezembro de 1999. Além disso, possuem um perfil educacional mais elevado, e os que estavam ocupados, em 1999, concentravam-se nos estratos intermediários de renda (entre 5 e 10 mínimos). Talvez, por seu melhor perfil educacional, ou por terem estado empregados mais tempo na indústria com salários melhores (ou as duas coisas), parecem resistir mais à migração para fora do setor industrial, preferindo a situação de desocupação temporária.

Segue-se um resumo das características de cinco das classes de trajetórias encontradas que apresentam mais interesse analítico, embora não necessariamente sejam as mais numerosas em casos. Vale repetir que este exercício não tem pretensões de representatividade estatística, mas visa, muito mais, à construção experimental de tipologias sugestivas de trajetórias que possam ajudar na interpretação das bases mais amplas de dados.

### As classes de trajetórias

É o grupo de trabalhadores mais “velhos” (40% com mais de 50); a maioria nascida fora do estado de São Paulo, mas vivendo há mais de 20 anos em Diadema; com equivalência entre brancos e não brancos; três quartos na situação de autônomos na ocasião da entrevista (maior concentração ambulantes), apenas 6,7% desempregados; a maioria constituída de trabalhadores não manuais de rotina e com longos vínculos, de mais de 10 anos, anteriores a 89.

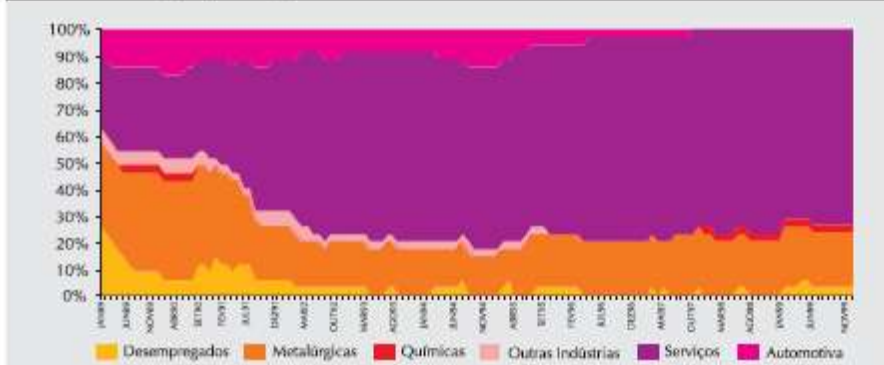
Gráfico 2

Classe 1 – Comércio (N = 15)



Gráfico 3

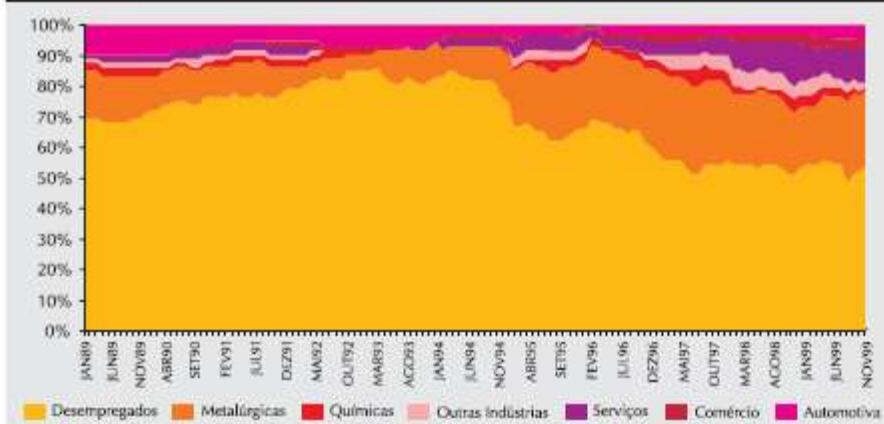
Classe 3 – Serviços (N = 35)



No grupo dos serviços, concentram-se indivíduos com idade entre 25 e 40 anos; mais da metade nascida fora do estado (Nordeste principalmente); mais da metade vivendo há mais de 20 anos em Diadema; maioria constituída de autônomos (54%) e um terço de assalariados formais; predominância de trabalhadores manuais especializados (pintores, pedreiros e marceneiros); a maioria não estava empregada ou estava há menos de 3 anos no vínculo em 1989; 6% estavam desempregados em 1999.

Gráfico 4

Classe 4 – Desempregados (N = 72)

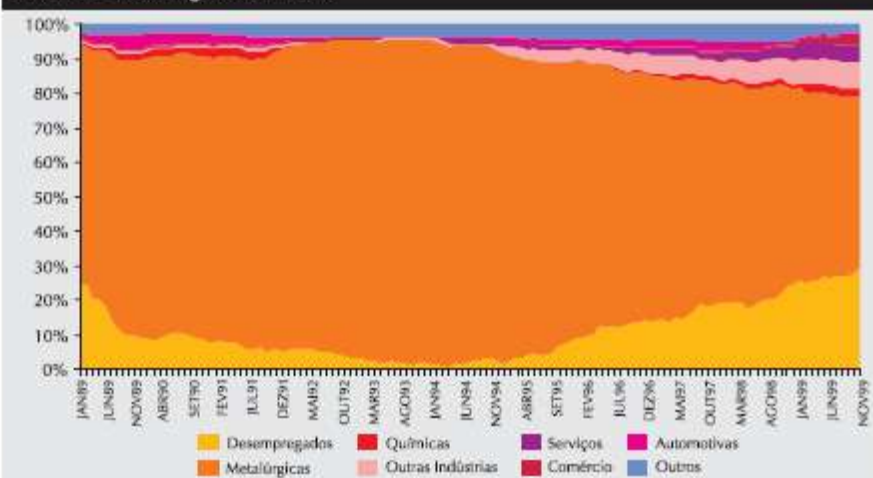


É um grupo que concentra os indivíduos situados nos dois extremos das faixas etárias; quase 40% com até 24 anos (a maior concentração entre todas as classes), a maioria tendo ingressado no mercado de trabalho mais recentemente; e perto de 30% com mais de 50 anos. Mais da metade dos componentes desse grupo nasceu no estado de SP, e nada menos que dois terços são brancos (maior participação entre todos os setores); a maioria estava desempregada no momento da entrevista (50%) e um terço possuía registro formal (principalmente como trabalhadores manuais, especializados ou não); a imensa maioria não trabalhava em 1989, e 13% estavam há mais de 6 anos no emprego, na época.



Gráfico 5

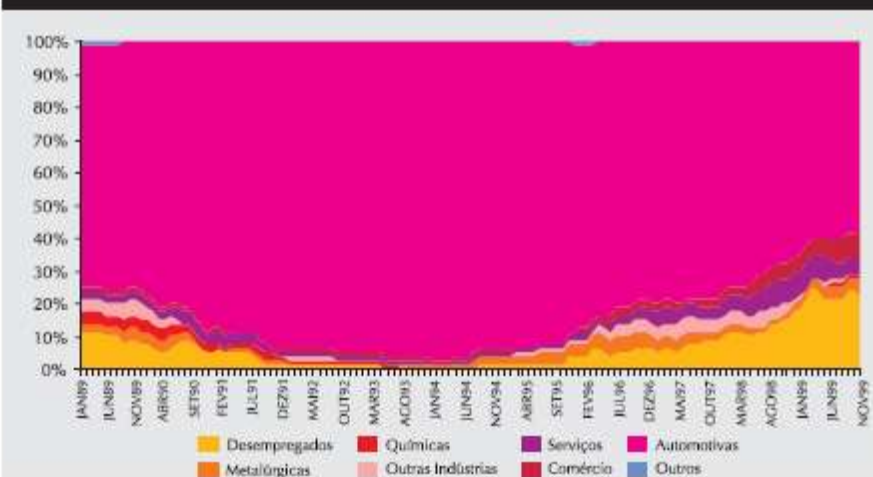
Classe 5 – Metalúrgicas (N = 153)



É um grupo de trabalhadores mais velhos, mais da metade com idade superior a 40 anos; a maioria nascida fora de SP (Nordeste e outros estados do Sudeste), mas vivendo há pelo menos 11 anos em Diadema; ligeira maioria de brancos. Esse grupo concentra, nos extremos, grande proporção de assalariados formais (55,5%) e de desempregados (27,5%) na ocasião da entrevista; com dominância de trabalhadores manuais especializados, tanto no começo como no fim do período.

Gráfico 6

Classe 7 – Automotiva (N = 80)



Quase 80% dos indivíduos com idade entre os 30 e os 50 (classe mais homogênea deste ponto de vista); quase dois terços nascidos fora do estado (principalmente Nordeste); 60% vivendo há mais de 20 anos em Diadema; dois terços de brancos e apenas 7,5% de negros (menor participação entre as classes); dois terços de assalariados formais e maioria de manuais especializados na ocupação atual; um terço com mais de 6 anos no emprego em

1989; um terço manteve o mesmo vínculo durante todo o período; 21% de desempregados em 99.

### CONCLUINDO

Os estudos sobre trajetórias ocupacionais apresentam excelente potencial analítico, no que diz respeito ao impacto das mudanças no mercado de trabalho sobre os contingentes já integrados de trabalhadores. Processos de alteração na estrutura desses mercados, em países mais avançados, especialmente a terciarização das ocupações, que se desenrolaram ao longo de décadas, aqui vêm ocorrendo no intervalo de poucos anos, de tal modo que o que lá significou movimentos intergeracionais de mobilidade ocupacional, aqui constituem migrações intrageracionais. Indivíduos com larga experiência em ocupações industriais qualificadas vêem seu capital profissional evaporar subitamente, ao serem obrigados a migrar para setores de atividade no terciário. Essa migração, ademais, não implica uma reconversão duradoura, uma vez que o padrão prevalecente, nesses setores, é, na maioria das vezes, o de elevada rotatividade. Além disso, para grande parte desses trabalhadores, sair do setor industrial significa deixar definitivamente o setor formal da economia, com prováveis perdas tanto no plano econômico (não apenas sob a forma do salário, mas também de todo um corolário de benefícios associados ao vínculo formal de trabalho), quanto do status sócio-ocupacional. Assim, os estudos longitudinais podem ser de extrema utilidade, não apenas no que diz respeito à compreensão da nova configuração do mercado de trabalho, mas, sobretudo, como suporte à elaboração de políticas voltadas para a requalificação e reinserção ocupacional do vasto contingente de desempregados o que, hoje, constitui uma das mais críticas questões a exigir intervenções das várias esferas de governo.

O uso das bases de dados administrativos, conquanto tenham permitido importantes avanços, encontra limites justamente na mobilidade ocupacional que se verifica fora do mercado formal de trabalho, zona em que se encontra atualmente mais da metade dos ocupados nas regiões metropolitanas brasileiras. O experimento preliminarmente analisado neste artigo, de validade ainda mais metodológica que substantiva, dada a sua pequena dimensão, procura exatamente avançar nessa direção. Os resultados apresentados permitem observar, com relativa clareza, padrões de mobilidade que não apenas tornam mais inteligível a migração (ou não) do setor formal para o setor informal (e as razões implícitas nesses movimentos) como também ajudam a qualificar melhor a inserção no mercado informal de trabalho, conforme as características dos indivíduos, sugerindo que, mesmo ali, importantes crivos de seletividade operam, determinando formas mais ou menos bem sucedidas de adaptação. Este estudo teve, sobretudo, a função de subsidiar a elaboração de instrumentos mais precisos para a coleta de informações de tipo longitudinal, que agora passam a ser aplicados em escala muito mais ampliada, sob a forma de um suplemento especial da PED São Paulo, cujos resultados deverão brevemente vir a público, assim como de novos *surveys* com subgrupos sociais especiais, como populações de baixa renda, mulheres, negros etc.



CARDOSO, Adalberto M. *Trabalhar, verbo transitivo. Destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

COMIN, Alvaro A.; GUIMARÃES, Nadya A. *Mobilidade setorial, diversidades de gênero e acesso ao seguro-desemprego. Brasil nos anos 90*. Relatório de pesquisa encomendado pela Cepal, 2000.

GOLDTHORPE, John H.; ERIKSON, Robert. *The constant flux. A study of class mobility in industrial societies*. Oxford: Clarendon Press, 1991.

GUIMARÃES, Nadya A. *Reestruturação, qualificação e seletividade: as bases sócio-institucionais de uma nova contratualidade no âmbito do trabalho*. Relatório Final, Convênio Cebrap/Finep, 2000.

PERO, Valéria. *Migração para fora do Mercado formal de trabalho*. Rio de Janeiro: Ciet/Senai, 1997. (Segundo Relatório de Pesquisa, Projeto Finep/Ciet: Trajetórias Intersectoriais e Ocupacionais dos Trabalhadores Desligados da Indústria).